

## **REFLEXOS DA PANDEMIA NA AGENDA 2030: A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA COMO INSTRUMENTO ESSENCIAL NO CUMPRIMENTO DAS METAS**

**Patrícia dos Santos Costa, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),  
<https://orcid.org/0000-0002-4539-4352>**

**Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e  
Tecnologia (IBICT) / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),  
<https://orcid.org/0000-0002-3314-003X>**

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo principal refletir o impacto da pandemia provocada pela COVID-19 no cumprimento da Agenda 2030 tendo as bibliotecas universitárias como essenciais para que as metas estabelecidas pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam atingidas. Em termos metodológicos, a pesquisa se caracteriza como bibliográfica, de caráter exploratório e descritivo. Apresenta no cenário de isolamento social a ampliação da mediação tecnológica como ferramenta importante para continuidade de trabalho e de ensino que colaboraram com o acesso à informação e com a produção do conhecimento científico. Contextualiza as metas da Agenda 2030, em especial, o ODS 4: educação de qualidade, diante dos desafios impostos pela pandemia, compreendendo que este objetivo tem relação direta com as universidades e com as bibliotecas universitárias. Apresenta uma linha do tempo entre as Metas do Milênio e a Agenda 2030, as políticas públicas implementadas ao longo dos anos 2000, que refletem na mudança do perfil dos alunos das universidades públicas. Expõem dados sobre os resultados obtidos para o cumprimento da Agenda 2030 no campo educacional. Por fim, aponta que, devido à pandemia do COVID-19, as metas estabelecidas pela Agenda 2030 não estão no caminho de serem atingidas, mostrando que as bibliotecas universitárias são instrumentos que contribuem para diminuir a desigualdade existente entre os estudantes, pois promovem a inclusão, a igualdade, a independência e autonomia dos usuários itens que corroboram para atingir as metas do ODS4 da Agenda 2030.

**Palavras-Chave:** Agenda 2030; Biblioteca Universitária; Inclusão Social; Pandemia; COVID-19.

### ***REFLEJOS DE LA PANDEMIA EN LA AGENDA 2030: LA BIBLIOTECA UNIVERSITARIA COMO INSTRUMENTO ESENCIAL PARA EL CUMPLIMIENTO DE LAS METAS***

### **RESUMEN**

El objetivo principal de este artículo es reflejar el impacto de la pandemia provocada por el COVID-19 en el cumplimiento de la Agenda 2030, teniendo las bibliotecas universitarias como imprescindibles para la consecución de las metas establecidas por los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). En términos metodológicos, la investigación se caracteriza por ser bibliográfica, exploratoria y descriptiva. Presenta, en el escenario de aislamiento social, la expansión de la mediación tecnológica como una herramienta importante para la continuidad del trabajo y la enseñanza que colaboró con el acceso a la información y la producción de conocimiento científico. Contextualiza las metas de la Agenda 2030, en particular, el ODS 4: educación de calidad, ante los desafíos que plantea la pandemia, entendiendo que este objetivo está directamente relacionado con las universidades y las bibliotecas universitarias. Presenta una línea de tiempo entre los Objetivos del Milenio y la Agenda 2030, las políticas públicas implementadas a lo largo de la Década de 2000, que reflexionan sobre el cambio de perfil de los

estudiantes de las universidades públicas. Presentan datos sobre los resultados obtenidos para el cumplimiento de la Agenda 2030 en el ámbito educativo. Finalmente, señala que, debido a la pandemia del COVID-19, las metas establecidas por la Agenda 2030 no van camino de alcanzarse, demostrando que las bibliotecas universitarias son instrumentos que contribuyen a reducir la desigualdad existente entre los estudiantes, ya que promueven la inclusión, igualdad, independencia y autonomía de los usuarios elementos que corroboren el logro de las metas del ODS 4 de la Agenda 2030.

**Palabras-Clave:** Agenda 2030; Biblioteca Universitaria; Inclusión Social; Pandemia; COVID-19.

***REFLECTIONS OF THE PANDEMIC ON THE 2030 AGENDA: THE ACADEMIC LIBRARY AS AN ESSENTIAL INSTRUMENT IN MEETING THE GOALS***

**ABSTRACT**

The main objective of this article is to reflect the impact of the pandemic caused by COVID-19 on the fulfillment of the 2030 Agenda, having university libraries as essential for the goals established by the Sustainable Development Goals (SDGs) to be achieved. In methodological terms, the research is characterized as bibliographic, exploratory, and descriptive. It presents, in the scenario of social isolation, the expansion of technological mediation as an important tool for the continuity of work and teaching that collaborated with access to information and the production of scientific knowledge. It contextualizes the goals of the 2030 Agenda in particular, SDG 4: quality education, in the face of the challenges posed by the pandemic, understanding that this objective is directly related to universities and university libraries. It presents a timeline between the Millennium Goals and the 2030 Agenda, the public policies implemented throughout the 2000s, which reflect on the changing profile of students at public universities. They present data on the results obtained for the fulfillment of the 2030 Agenda in the educational field. Finally, it points out that, due to the COVID-19 pandemic, the goals established by the 2030 Agenda are not on the way to being achieved, showing that university libraries are instruments that contribute to reducing the existing inequality among students, as they promote inclusion, equality, independence, and autonomy of users' items that corroborate to achieve the goals of SDG 4 of Agenda 2030.

**Keywords:** 2030 Agenda; Academic Library; Social Inclusion; Pandemic; COVID-19.

---

## 1 INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, o mundo tomou conhecimento do rápido avanço da SARS CoV-2, também nomeada de COVID-19. Com o reconhecimento da pandemia de COVID-19 em março de 2020, a partir da declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS), uma série de recomendações para prevenção e controle do vírus foram adotadas, dentre elas, o isolamento social como medida de prevenção.

A partir do cenário de isolamento social, novos desafios foram impostos para a sociedade, dentre eles, a ampliação da mediação tecnológica imposta como

ferramenta de trabalho e de ensino com o objetivo de dar continuidade tanto às atividades laborais quanto à prestação de serviços, dentre eles os de ensino, sendo essenciais para que a economia não entrasse em colapso.

Diante da compreensão pelos órgãos responsáveis da necessidade de isolamento social, houve a necessidade de modificar os meios relacionados às atividades universitárias para ambientes não presenciais. Nesse sentido, o Ministério da Educação (MEC) adotou medidas para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem e passou a utilizar

recursos tecnológicos e digitais, como também rever questões relacionadas à carga horária.

Dessa forma, o MEC oficializou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais. De acordo com a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, num primeiro momento, por um período de trinta dias, sendo prorrogado por mais 30 dias, através da portaria do MEC nº 473, de 12 de maio de 2020. Por fim, por meio da portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, foi autorizada utilização de plataformas para o ensino remoto até 31 de dezembro de 2020.

Para o cumprimento do ano letivo, de acordo com a portaria nº 544 de 16 de junho de 2020, ficou a cargo das instituições de ensino superior a definição dos elementos necessários para substituir os modelos curriculares, além de dispor aos alunos meios para que pudessem acompanhar as atividades acadêmicas ofertadas.

A maioria das universidades públicas brasileiras aderiu à recomendação do MEC, passando a adotar o modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) ainda que, da forma que foi imposta, os professores, técnicos e alunos não estivessem preparados para aderir às ferramentas tecnológicas como instrumentos de trabalho em todas as atividades de ensino.

Segundo Castioni e colaboradores (2021), das 69 universidades federais, 53 interromperam as aulas de graduação, 10 universidades mantiveram as suas atividades de forma remota, fazendo uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) e seis mantiveram as atividades parciais.

No contexto pandêmico, as universidades federais também enfrentaram diversos desafios. Dentre eles, a manutenção das atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que exigiu adoção de medidas emergenciais como o Ensino Remoto Emergencial (ERE). Silva *et al.* (2022, p.2) ressalta que as “[...] mudanças nos modos de ensino que tradicionalmente levariam meses ou anos para serem discutidas e implementadas foram sendo planejadas,

aprendidas e desenvolvidas ao mesmo tempo, dada a ruptura com os encontros presenciais”.

O presente artigo parte da hipótese de que a pandemia provocada pelo COVID-19 trouxe impactos negativos no cumprimento das metas previstas pela Agenda 2030. Neste cenário, compreendem-se as universidades públicas como instrumentos importantes para que as metas propostas a obtenção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam alcançadas.

Assim, destaca-se para esta análise o ODS 4 – Educação de qualidade – que tem por finalidade: “Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas” (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, p.25).

Nesse sentido, as universidades públicas estão alinhadas ao atingimento das metas do ODS4, posto que elas são constituídas e constituintes do tripé: **ensino, pesquisa e extensão**. Logo, contribuem para a educação de qualidade, de forma inclusiva e valorizando o conhecimento individual e coletivo para o corpo acadêmico e para toda a sociedade.

Compreendendo que as necessidades informacionais do corpo acadêmico são dinâmicas e crescentes, as bibliotecas universitárias corroboram também com o desenvolvimento destes pilares que sustentam a universidade, visto que são ferramentas essenciais na construção e disseminação do conhecimento científico.

De acordo com o relatório de 2016 da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), que trata sobre acesso e oportunidade para todos, as bibliotecas são instrumentos fundamentais para o cumprimento dos 17 ODS. Segundo o mesmo relatório elas impulsionam o progresso e implementação da Agenda 2030, através do acesso à informação e ao conhecimento, contribuindo com a promoção do desenvolvimento sustentável e melhorando a qualidade de vida da comunidade onde atuam (IFLA, 2016).

De acordo com a IFLA (2015) o cumprimento das metas propostas pela Agenda 2030 trata-se de “[...] um compromisso político, o que significa que todos, incluindo bibliotecas e sociedade civil, terão um papel a desempenhar para garantir que os governos sejam responsáveis pela implementação dos ODS”.

Neste contexto pandêmico, vivenciado a partir de 2020, e frente à maior demanda de acesso aos recursos tecnológicos para viabilizar a continuidade das atividades universitárias, face a necessidade do afastamento social, grupos que vivem em desvantagem social possivelmente tiveram mais dificuldade para dar sequência o processo de ensino e aprendizagem.

Ainda que o uso das tecnologias já estivesse em constante incremento, ganhou ainda mais intensidade e urgência. Desta forma, a COVID-19 pode ser entendida como um impulsionador de mudanças impactantes na sociedade, sejam eles positivos ou negativos, partindo do pressuposto de que no corpo acadêmico, os estudantes oriundos das políticas de ações afirmativas provavelmente encontraram maior dificuldades no que tange ao acesso aos recursos tecnológicos, disponibilidade de infraestrutura física e de ambiente dentro de suas residências que propiciem condições adequadas para se concentrar e absorver os ensinamentos transmitidos de forma remota.

No presente artigo, propõe-se refletir sobre a importância dos espaços físicos das

bibliotecas universitárias, principalmente para os estudantes com dificuldades de acesso aos recursos tecnológicos. Nesse sentido, o procedimento metodológico adotado é de caráter bibliográfico com dimensão crítica, buscando compreender as ações tomadas pela biblioteca universitária para atender as demandas dos seus usuários de forma virtual durante a pandemia. Por fim, procura-se elucidar as mudanças na forma de atuar, uma vez que a mediação tecnológica imposta pelo isolamento social muda à forma de atuação profissional e também o processo de ensino e aprendizagem.

Para isso, o presente trabalho se divide em reflexões trazidas em três tópicos, além desta introdução e das considerações finais. A primeira expõe o cenário brasileiro e as políticas públicas implementadas para atender as metas do milênio e a Agenda 2030 que tenta readequar e ampliar os objetivos anteriores e o impacto da pandemia para o cumprimento das metas propostas pela Agenda 2030. O segundo apresenta as tecnologias como recursos importantes e indispensáveis, no entanto promoveram a desigualdade social e contribuíram para o não atingimento das metas da Agenda 2030. O último tópico abrange a biblioteca universitária como uma infraestrutura social importante para o processo de ensino e aprendizagem, principalmente para os alunos que vivem em desvantagem social e como elas contribuem para o cumprimento das metas da Agenda 2030.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A hipótese levantada neste artigo parte do pressuposto de que as bibliotecas universitárias são pilares importantes no processo de ensino e aprendizagem e, ainda que a mediação tecnológica tenha contribuído para levar e dar acesso à informação e conhecimento durante a pandemia, à ausência dos espaços físicos oferecidos pelas bibliotecas universitárias e da sua infraestrutura física que

foram cerceados da comunidade acadêmica devido à necessidade de isolamento social, possivelmente contribuíram para ampliação da desigualdade social e evasão dos estudantes de ensino superior no período da COVID-19, principalmente para os sujeitos que vivem em situação de desvantagem social.

Assim, o problema levantado nesse artigo está relacionado ao impacto da pandemia

da COVID-19 no cumprimento das 169 metas estabelecidas pela Agenda 2030, tendo a biblioteca universitária como pilar importante no alcance dos 17 ODS. Desta forma, a IFLA destaca que “[...] as bibliotecas apoiam muitos aspectos da visão da Agenda 2030 da ONU e dos ODS. As bibliotecas são instituições públicas essenciais que têm um papel vital a desempenhar no desenvolvimento de todos os níveis da sociedade” (IFLA, 2015, p.3).

Diante das observações salientadas acima, o principal objetivo deste trabalho é refletir sobre o impacto no cumprimento do ODS 4 – **Assegurar a educação inclusiva e**

**equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos** – da agenda 2030, considerando o fechamento das bibliotecas universitárias durante a pandemia, visto que seus espaços físicos são instrumentos que contribuem para produção do conhecimento científico e também para inclusão, principalmente dos estudantes que ingressaram nas universidades públicas através das políticas de ações afirmativas. Entendendo que esses espaços contribuem para o cumprimento das metas estabelecidas pela Agenda 2030 no que tange a acessibilidade ao ensino.

### 3 MÉTODO DA PESQUISA

A presente pesquisa está respaldada pela perspectiva metodológica de caráter bibliográfico, que subsidiou o levantamento e a análise de informações significativas materializadas em artigos, relatórios e documentos da IFLA sobre as bibliotecas universitárias, os estudantes universitários durante a pandemia e seu reflexos no cumprimento das metas propostas na Agenda 2030, mais especificamente no ODS 4 que trata sobre educação de qualidade.

Tem caráter crítico, visto que busca conectar ideias que convidem o leitor a realizar uma reflexão sobre a importância das bibliotecas universitárias como espaços que complementam a educação formal e o impacto da pandemia do COVID-19 no processo de ensino e aprendizagem dos sujeitos oriundos das classes sociais menos favorecidas que, possivelmente, foi grupo de estudantes mais afetados.

### 4 AGENDA 2030 E O IMPACTO DO COVID-19

No início do novo milênio, as principais lideranças nacionais buscaram colocar o Brasil no cenário mundial como um país que está em crescimento economicamente e, também, como uma potência de referência na América do Sul. A fim de torná-lo um país em desenvolvimento, acordos com instâncias internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) são firmados.

Assim, ainda nos anos 2000 foi aprovada pela ONU a ‘Declaração do Milênio’, documento que trata de um pacto assinado por 192 países membros da ONU. Nesse documento, constam as ‘Metas de Desenvolvimento do Milênio’ conhecidas também como ‘Metas do Milênio’,

estabelecendo oito metas a serem atingidas pelos países até 2015. Dentre as metas, destacamos a de número dois que tem por objetivo: “atingir a educação básica de qualidade para todos”.

Costa (2017), afirma para atender essas metas, o Ministério da Educação (MEC) apresentou o documento intitulado ‘Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do plano nacional de educação’. Essas metas deveriam ser atingidas até o ano de 2016. Dentre as metas, duas se destacam no cenário do acesso ao ensino superior, são elas as metas doze e treze, que dizem respectivamente:

**Meta 12:** elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para

50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada à qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

**Meta 13:** elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores (Brasil, 2000, p.13).

Com o objetivo de atender as metas do acordo assinado com a ONU, o Governo Federal incentivou a abertura e expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) e a implantação de políticas públicas com a finalidade de ampliar o acesso ao ensino superior.

Neste cenário político e econômico, que teve início dos anos 2000 foi adotado o modelo de políticas inclusivas e compensatórias, denominadas de políticas doações afirmativas, que visam corrigir as lacunas deixadas pelo acesso elitista no ensino superior, o Governo Federal agiu na implementação de programas importantes para ampliar o acesso ao ensino superior (Quadro 1).

**Quadro 1: Principais políticas públicas de acesso ao ensino superior**

| NOME  | INSTITUCIONALIZAÇÃO             | OBJETIVO  |
|---|---------------------------------|---|
| ProUni - Programa Universidade para Todos                   | Lei nº 11.096, de 13/01/2005    | Possibilita reserva de vagas para aluno do ensino público ou que tenha sido bolsista integral em colégios particulares com renda familiar de até três salários-mínimos. |
| FIES – Financiamento Estudantil                             | Lei nº 10.260, de 12/07/2001    | Financiar estudantes regularmente matriculados em curso superior de graduação com avaliação positiva.   |
| REUNI –Reestruturação e Expansão das Universidades Federais | Decreto nº 6.096, de 24/04/2007 | Ampliar não apenas o acesso, mas também a permanência dos ingressantes na educação superior, reduzindo as taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação.          |

**Fonte: BRASIL - Ministério da Educação - Secretaria de Educação Superior (2023).**

As políticas públicas apresentadas, no quadro 01, contribuíram fortemente para uma mudança do perfil dos alunos universitários das universidades públicas brasileiras, pois segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), pela primeira vez na história, as universidades públicas tiveram mais discentes de cor parda/negros em seus espaços, a saber, 50,3%.

Dando continuidade as metas do milênio, em 2016 entra em vigor a 'Agenda 2030: Um plano de ação global para um 2030 sustentável', novo acordo assinado pelo Brasil que inclui 17 Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável (ODS) e 169 metas. No que se refere ao ODS 4, busca-se que a educação seja de qualidade, inclusiva, equitativa e de qualidade, além da promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas as pessoas.

O quadro 2 apresenta as metas estabelecidas pela ODS 4, adaptadas para realidade do Brasil e como encontram-se em termos de cumprimento de acordo com os dados divulgados pelo VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável:

**Quadro 2: Metas estabelecidas pelo ODS 4 - Educação de qualidade: adaptação de acordo com a realidade brasileira**

| Nº  | DESCRIÇÃO DAS METAS  | CLASSIFICAÇÃO |
|-----|--|---------------|
| 4.1 | Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino fundamental e médio, equitativo e de qualidade, na idade adequada, assegurando a oferta gratuita na rede pública e que conduza a resultados de aprendizagem satisfatórios e relevantes.   | RETROCESSO    |
| 4.2 | Até 2030, assegurar a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.  | RETROCESSO    |
| 4.3 | Até 2030, assegurar a equidade (gênero, raça, renda, território e outros) de acesso e permanência à educação profissional e à educação superior de qualidade, de forma gratuita ou a preços acessíveis.  | RETROCESSO    |
| 4.4 | Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham as competências necessárias, sobretudo técnicas e profissionais, para o emprego, trabalho decente e empreendedorismo.  | RETROCESSO    |
| 4.5 | Até 2030, eliminar as desigualdades de gênero e raça na educação e garantir a equidade de acesso, permanência e êxito em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino para os grupos em situação de vulnerabilidade, sobretudo as pessoas com deficiência, populações do campo, populações itinerantes, comunidades indígenas e tradicionais, adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e população em situação de rua ou em privação de liberdade. | RETROCESSO    |
| 4.6 | Até 2030, garantir que todos os jovens e adultos estejam alfabetizados, tendo adquirido os conhecimentos básicos em leitura, escrita e matemática.   | RETROCESSO    |
| 4.7 | Até 2030, garantir que todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive, entre outros, por meio da educação para o desenvolvimento sustentável e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável.         | RETROCESSO    |
| 4.a | Ofertar infraestrutura física escolar adequada às necessidades da criança, acessível às pessoas com deficiências e sensível ao gênero, que garanta a existência de ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos.   | RETROCESSO    |
| 4.b | Até 2020, ampliar em 50% o número de vagas efetivamente preenchidas por alunos dos países em desenvolvimento, em particular os países de menor desenvolvimento relativo, tais como os países africanos de língua portuguesa e países latino-americanos, para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, de engenharia e científicos no Brasil.                                       | RETROCESSO    |
| 4.c | Até 2030, assegurar que todos os professores da educação básica tenham formação específica na área de conhecimento em que atuam, promovendo a oferta de formação continuada, em regime de colaboração entre união, estados e municípios, inclusive por meio de cooperação internacional.   | AMEAÇADA      |

Fonte: Elaboração própria (2023).

Diante do exposto, é possível aferir que o acesso, a permanência e a conclusão do ensino formal nos diferentes seguimentos sejam impactos negativamente com a pandemia da COVID-19, retrocedendo e, a meta

4.c está em ameaça fazendo com que o alcance das metas propostas no ODS 4 não sejam cumpridos. Nesse sentido os estudantes oriundos das classes sociais menos favorecidas, que ingressam na educação superior por meio

das políticas de ações afirmativas e que encontram no espaço das bibliotecas recursos informacionais para construção do

conhecimento tenham padecido no processo de ensino e aprendizagem.

## 5 USO DATECNOLOGIA PARA ACESSO A INFORMAÇÃO DURANTE A PANDEMIA

As mudanças tecnológicas que o mundo vem passando ao longo dos anos têm contribuído para romper barreiras de acesso à informação e conhecimento. Por um lado, as tecnologias contribuem para melhoria nos serviços prestados em diversos setores, por outro elas contribuem para ampliar a desigualdade social.

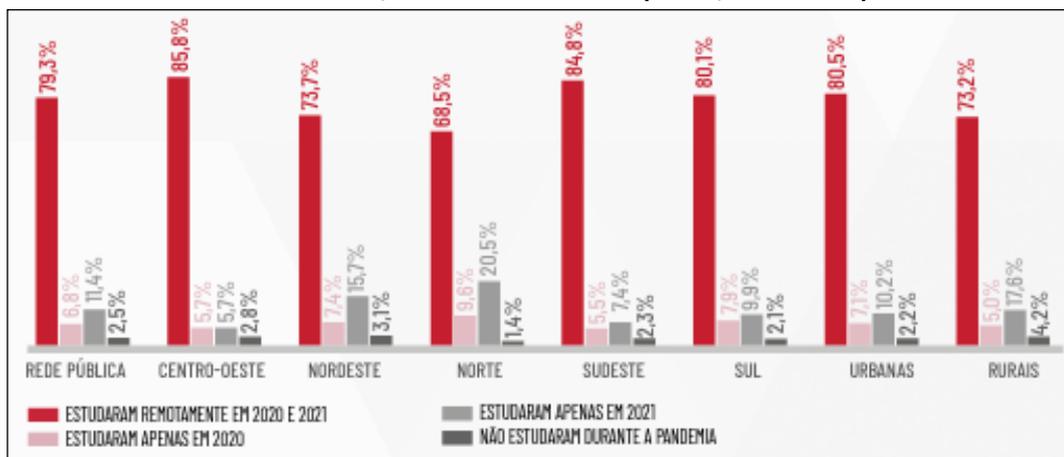
É notório a importância e o papel transformador das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na ampliação de acesso à informação. No entanto, junto com essa nova forma de se comunicar, informar e também de gerar conhecimento, surgem novos desafios no que diz respeito a: igualdade de acesso a esses recursos, à confiabilidade e à veracidade das informações neste período marcado pelo crescimento de notícias falsas e desinformação.

De acordo com os dados divulgados pela pesquisa Datafolha/C6 Bank, durante a

pandemia, cerca de 4 milhões de estudantes entre 6 e 34 anos, abandonaram o ensino formal no Brasil. Desse total, os estudantes de classes sociais mais baixas, classes (D e E)<sup>1</sup>, tiveram um percentual mais elevado de abandono ao ensino quando comparados aos estudantes das classes A e B, (10,6%) e (6,9%) respectivamente.

Assim, é possível inferir que as dificuldades vivenciadas pela COVID-19 somadas com a desigualdade de acesso à *internet* de qualidade e equipamentos tecnológicos necessários fez com que grupos que vivem em desvantagem social ou em zonas rurais encontrassem maior dificuldade no processo de ensino e aprendizagem durante o Ensino Remoto Emergencial, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

**Gráfico 1: Proporção de estudantes de 15 a 19 anos de idade cursando ensino médio público em modo remoto, zona urbana e rural (Brasil, 2020-2021)**



Fonte: VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (2022).

Nesse contexto é indispensável refletir na desigualdade de acesso às tecnologias ou

desigualdade digital existente no Brasil. Ainda que se tenha acesso, esse é limitado diante da

demanda criada durante a pandemia. Deve-se considerar também o impacto das condições materiais de trabalho e estudo durante a pandemia uma vez que algumas casas não possuem computadores ou possuem apenas um aparelho para atender a mais de um estudante e/ou trabalhador. Outro fator importante a ser refletido é com alta do desemprego provocado pelo COVID-19, fazendo com que jovens tiveram que ingressar no mercado de trabalho informal ou subempregos,

A crise econômica e social e a desvalorização dos investimentos governamentais na educação potencializam a violação de direitos de acesso à educação. Olhando para todo este universo de desigualdade construído pela pandemia, o 'VI Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (2022)' afirma que nenhuma das metas estabelecidas pela Agenda 2030 os 17 ODS teve avaliação positiva. Algumas estão ameaçadas ou encontra-se em estágio de retrocesso.

Nessa perspectiva, foi ressaltado que, com a COVID-19, teve um aumento na exclusão escolar: em virtude da dificuldade e desigualdade de acesso à *internet* e aos equipamentos necessários. Além disso, a alta do desemprego forçou crianças e jovens a ingressarem no mercado de trabalho – no subemprego ou informal, e raramente em trabalhos formais impactando diretamente no cumprimento das metas estabelecidas no ODS (Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030, p.26).

Somado a esses fatores, as ações do governo federal contribuíram para impactar ainda mais na evasão escolar durante a

pandemia, tais como o veto presidencial à lei que assegura às escolas públicas, docentes e estudantes, acesso à internet e corte no orçamento destinado a Educação, indo contra as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação.

Outro ponto a ser ressaltado, é a falta de concentração e tempo dedicado ao processo de ensino e aprendizagem. De acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) de responsabilidade de Neri e Osório (2020), referente ao tempo dedicado ao estudo durante a pandemia provocada pela COVID-19, aponta que estudantes entre 18 e 24 anos dedicaram menos tempo para o ensino durante a pandemia, o que significou uma queda no tempo de estudo de 2,34 para 0,95 horas por dia útil.

Entendendo que muitos dos estudantes que compõem essa faixa etária estão cursando o ensino superior, logo, pode-se aferir que estes alunos não conseguiram dedicar-se ao processo educacional durante a pandemia, o que pode impactar na formação, na pesquisa e na produção científica das universidades.

Assim, as bibliotecas universitárias desempenham um papel importante para educação inclusiva, equitativa e de qualidade, uma vez que promovem a integração dos sujeitos oriundos de classes sociais menos favorecidas nas universidades públicas, disponibilizando espaços de estudo, descanso, acesso ao acervo físico e digital, computadores e internet, e promovendo acesso à informação e ao conhecimento. Logo as mudanças que ocorreram na sociedade contribuíram para construção das bibliotecas atuais, como podemos ver a seguir.

## 6 BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS E INFRAESTRUTURA SOCIAL DURANTE A PANDEMIA

As bibliotecas universitárias ou acadêmicas são consideradas por Cunha e Cavalcante (2008) como aquelas fazem parte e são mantidas por instituição de ensino superior, tendo a seguinte definição: “[...] atende às necessidades de informação do corpo docente,

discente e administrativo, tanto para apoiar as atividades de ensino, quanto de pesquisa e extensão. Pode ser uma única biblioteca ou várias organizadas como sistema ou rede” (Cunha & Cavalcante, 2008, p.53).

A partir da definição acima, pode-se analisar as bibliotecas universitárias como entidades que têm a capacidade de articular uma rede de troca de informação e de produção de conhecimento, não apenas para a comunidade acadêmica, mas também para a comunidade externa.

Desse modo, as bibliotecas universitárias tiveram que mostrar sua capacidade de transformação e adaptação ao meio, tornando-se um organismo mutante, que está em constante crescimento, acompanhando as mudanças da sociedade, garantindo sua perpetuação e provando sua importância. As bibliotecas universitárias podem ser entendidas tanto como mediadoras da informação quanto mecanismos sociais que disseminam a informação científica para a sociedade.

Elas são compreendidas pelas instituições que pertencem como serviços essenciais de apoio ao ensino, pesquisa e extensão. Além de serem responsáveis pela salvaguarda dos estudos desenvolvidos pela comunidade científica, também possuem a missão de compartilhar conhecimentos e oferecer serviços para os demais entes da sociedade.

De acordo com os dados da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP,

As inovações tecnológicas são decisivas na mutabilidade dos paradigmas concernentes à biblioteca, em sua condição de instituição social. E, como inevitável, ao atravessar as

Na pandemia os serviços prestados foram afetados diretamente, modificando a rotina, bem como o modo de atuação, não só das bibliotecas, mas também dos centros de informação e documentação, fazendo com que tivessem que se adequar à nova realidade, preparando-as para enfrentar os desafios futuros pós-COVID-19.

Cabe destacar que a IFLA realizou um estudo das necessidades para o cumprimento dos ODS propostos pela Agenda 2030 e elencou as possíveis ações que as bibliotecas de modo

2019), as universidades públicas brasileiras são responsáveis por um pouco mais de 95% da produção científica no país<sup>2</sup>. Por essa perspectiva, as bibliotecas universitárias são vistas como uma parte importante na produção e na disseminação do conhecimento científico para a instrumentalização do corpo acadêmico e da população como um todo.

Os avanços tecnológicos e o crescimento exponencial da internet mudaram a realidade, alterando a rotina tanto de bibliotecas como também de centros de informação, afetando o modo de fazer e disponibilizar informação, onde “[...] as bibliotecas precisam se adaptar para sobreviver” (Jesus & Cunha, 2021, p.72).

Nessa perspectiva, as tecnologias da informação e comunicação têm estado cada vez mais presentes nas rotinas das bibliotecas universitárias, promovendo mudanças nos serviços em diferentes frentes: no desenvolvimento de coleções; na aquisição; catalogação; indexação; no empréstimo e no serviço de referência. Essas transformações que as bibliotecas passaram ao longo dos séculos fazem com que novos paradigmas sejam assumidos e ganhem novos escopos na sua rotina de trabalho. Para Targino:

várias fases históricas, indo do período medieval à contemporaneidade, a biblioteca assimila a realidade dos diferentes períodos e assume posturas paradigmáticas distintas (Targino, 2010, p.42).

geral podem implementar para que os objetivos sejam alcançados. De todas as ações o “[...] acesso a TIC, como por exemplo, com internet de alta velocidade que não se encontra disponível em todo lugar” é compreendido como elemento primordial (IFLA, 2017, p.2). De acordo com o referido relatório, “Acesso e oportunidade para todos: Como as bibliotecas contribuem para a agenda de 2030 das Nações Unidas (2016)”, As bibliotecas têm um papel fundamental para o cumprimento dos 17 ODS propostos pela Agenda 2030.

Para IFLA, mediante o acesso à informação e ao conhecimento as bibliotecas impulsionam o progresso e implementação da Agenda 2030, as ações desenvolvidas por elas contribuem com o desenvolvimento sustentável e maior qualidade de vida para as pessoas (IFLA, 2016).

No que tange ao ODS 4 – **Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos** – as bibliotecas universitárias atendem a presente ODS, pois são compreendidas como serviços essenciais no apoio ao ensino, pesquisa e extensão, ofertando uma infraestrutura social e promovendo o acesso a materiais de valores diversos, tais como: espaço para estudo, livros, periódicos, base de dados, computadores, *internet* para que todo o corpo acadêmico, além do acesso à informação e ao conhecimento de forma democrática e inclusiva, para a construção do saber científico.

Klinenberg (2018, p.16) define que: “[...] instituições públicas, como bibliotecas, escolas, playgrounds, parques, campos de atletismo e piscinas, são partes vitais da infraestrutura social”. As bibliotecas universitárias são espaços públicos ou privados que moldam a maneira como os sujeitos interagem em determinados territórios, possibilitando acesso à informação, conhecimento e uma melhor construção de

relações sociais através de seus espaços de sociabilidade.

Assim, as infraestruturas sociais desempenham papéis diversos e apoiam a construção de diferentes tipos de laços sociais. As bibliotecas e as instituições de educação formal, por exemplo, são espaços que oferecem possibilidades para interações “[...] recorrentes frequentemente programadas e tendem a encorajar relacionamentos mais duradouros” (Klinenberg, 2018, p.17).

Contudo, em decorrência do isolamento social, a demanda de acolhimento físico que as bibliotecas universitárias oferecem como espaços de convivência tanto para construção de laços como para auxiliar no processo de ensino e aprendizado fica impossibilitada de ser atendido, o que faz com que as bibliotecas tenham de reinventar-se para atender usuários durante a pandemia.

Santos (2020, p.5), afirma que “[...] a crise é, por natureza, excepcional e passageira, e constitui a oportunidade para ser superada e dar origem a um melhor estado de coisas”. Assim, acredita-se que ninguém passará por essa pandemia sem sofrer nenhum dano, seja no campo institucional, educacional ou pessoal. Nesse sentido, as bibliotecas universitárias e universidades deverão ter um novo olhar para os seus usuários, assim como os seus usuários direcionarão novas demandas à biblioteca.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o VI Relatório Luz (2022) as metas estabelecidas pela Agenda 2030 não estão no caminho de serem atingidas, “[...] 80,35% estão em retrocesso, ameaçadas ou estagnadas no país e 14,28% tiveram progresso insuficiente”.

Considerando tais dados, em decorrência ao novo perfil dos alunos das universidades públicas contemplados pelas políticas de ações afirmativas adotadas ao longo dos anos 2000, os espaços físicos das bibliotecas desempenham papel essencial para diminuir a desigualdade entre a comunidade acadêmica,

uma vez que possibilita e dá condições de instrumentação para os alunos que vivem em situação de desvantagem social e que precisam de toda infraestrutura necessária para o acesso, permanência e conclusão do ensino superior. Com o isolamento social e a ausência desses espaços, estes estudantes possivelmente foram os mais impactados no processo de ensino e aprendizado.

Por essa perspectiva é possível aferir que a pandemia ampliou a desigualdade que vinha sendo minimizada através das políticas públicas no que tange ao acesso dessas

minorias ao ensino superior. Por outro lado, a COVID-19 fez com que as bibliotecas universitárias tivessem mais uma vez que se reinventar e modificar sua forma de atuar, mas mantendo o entendimento da importância de seu papel para a construção do conhecimento e na disseminação da informação confiável para a sociedade.

A mediação tecnológica que ganhou força e visibilidade dentro do contexto pandêmico acarretou um novo cenário tanto para a população como para as instituições, sejam elas públicas ou privadas. Houve uma crescente urgência do uso dos recursos tecnológicos com o propósito de dar continuidade ao funcionamento dos serviços prestados com o objetivo de impactar da menor forma possível à sociedade.

Em função da pandemia do Coronavírus, questões relevantes são levantadas para refletir nas mudanças que a sociedade viverá depois da COVID-19, tais como o uso das ferramentas tecnológicas, bem como as construções das relações sociais que se

estabeleceram nesse espaço virtual, surgindo novas formas de acesso à informação e de construção do conhecimento.

Nesse contexto, o papel das bibliotecas universitárias ultrapassa a ideia de detentoras do conhecimento produzido pelas universidades. Elas também são mediadoras da informação e do conhecimento para os usuários. Sua função vai muito além de oferecer serviços à comunidade acadêmica e a infraestrutura social disponível e acessível, minimizando a desigualdade dentro dos espaços acadêmicos para os alunos oriundos das classes populares.

Assim, acredita-se que os espaços físicos das bibliotecas universitárias contribuem para o cumprimento das metas da Agenda 2030 através do direcionamento das suas ações de forma a objetivar a inclusão, a igualdade, a independência e autonomia dos usuários, assim como com a conscientização e a promoção da agenda 2030 tanto para a comunidade acadêmica como também para o público externo.

## REFERÊNCIAS

Brasil (2020). Portaria nº 343, de 17 de março de. [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Portaria/PRT/Portaria%20n%C2%BA%20343-20-mec.htm).

Brasil (2020). Portaria nº 473, de 12 de maio de. <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/296929006/dou-secao-1-13-05-2020-pg-55>. Acesso em 02/08/2021.

Brasil (2020). Portaria nº 544, de 16 de junho de. <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>.

Costa, Patrícia dos Santos (2017). O perfil leitor dos jovens e adultos que frequentam os cursos pré-vestibulares comunitários: atuação bibliotecária a favor da educação. Dissertação (Mestrado Profissional em Biblioteconomia) –

Programa de Pós-graduação em Biblioteconomia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. <http://www.unirio.br/ppgb/arquivo/patricia-dos-santos-costa>.

FEBAB (2018). Bibliotecas por um mundo melhor: Agenda 2030. São Paulo. <http://repositorio.febab.org.br/items/show/4563>.

Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 (2022). VI Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil. [S.l.p.]: Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030. [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt\\_rl\\_2022\\_final\\_web.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2022/07/pt_rl_2022_final_web.pdf).

- IBGE (2018). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação 2017. Rio de Janeiro: IBGE.  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf).
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (2016). Acesso e oportunidade para todos: como as bibliotecas contribuem para a Agenda de 2030 das Nações Unidas. São Paulo: FEBAB.  
<http://repositorio.febab.org.br/items/show/590>.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (2015). As bibliotecas e a implementação da Agenda 2030. Haia.  
<https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/libraries-un-2030-agenda-toolkit-pt.pdf>.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions (2020). A COVID-19 e o setor de bibliotecas em termos mundiais. Haia.  
[https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/covid-19\\_and\\_the\\_global\\_library\\_field-pt.pdf](https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/hq/topics/libraries-development/documents/covid-19_and_the_global_library_field-pt.pdf).
- Jacob, Chistian (2008). Ler para escrever: navegações alexandrinas. In: Baratin, Marc; Jacob, Chistian (Dir.). O poder das bibliotecas: memórias dos livros no Ocidente. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 352p.; p.45-73.
- Cunha, Murilo Bastos da & Cavalcanti, Cordélia Robalinho de Oliveira (2008). Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília: Briquet de Lemos. 472p.  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34113/3/LIVRO\\_DicionarioBiblioteconomiaArquivologia.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34113/3/LIVRO_DicionarioBiblioteconomiaArquivologia.pdf).
- Cunha, Murilo Bastos da (2010). A biblioteca universitária na encruzilhada. DataGramZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v.11, n.6, dez.  
[https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14869/1/ARTIGO\\_BibliotecaUniversitariaEncruzilhada.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/14869/1/ARTIGO_BibliotecaUniversitariaEncruzilhada.pdf).
- Cunha, Murilo Bastos da (2021). As tecnologias para as bibliotecas universitárias: indicadores e instrumento. In: Melo, Luiza Baptista & Sanches, Tatiana (Dir.). Bibliotecas universitárias: diálogos transatlânticos. Évora: Publicações do Cidehus. p.71-93 (Biblioteca - Estudos & Colóquios, 25).
- Klinenberg, Eric (2018). Palaces for the people: How social infrastructure can help fight inequality, polarization, and the decline of civic life. Danvers (MA): Crown Publishing. 288p.
- Latour, Bruno (2008). Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: Baratin, Marc; Jacob, Chistian (Dir.). O poder das bibliotecas: memórias dos livros no Ocidente. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 352p.; p.21-44.
- Moura, Mariluce (2019). Universidades públicas respondem por mais de 95% da produção científica do Brasil. Blog, Política Científica e Tecnológica, Reportagens e Artigos, 11 abr.  
<https://ciencianarua.net/universidades-publicas-respondem-por-mais-de-95-da-producao-cientifica-do-brasil/>.
- Neri, Marcelo & Osorio, Manuel Camillo (2020). O tempo para a escola na pandemia. Rio de Janeiro: FGV Social.  
<https://www.cps.fgv.br/cps/bd/docs/SLIDES-2pp-FGV-Social-Neri-e-Osorio-Tempopara-Escola-Pandemia.pdf>.
- Abandono escolar afeta 4 milhões de brasileiros na pandemia (2021). Revista Ensino Superior, 26 jan.  
<https://revistaensinosuperior.com.br/2021/01/26/pandemia-abandono-escolar-fo/>
- Santos, Boaventura de Sousa (2020). A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina.

Silva, Talita Naiara Rossi da *et al.* (2021-2022). Percepção dos estudantes em relação às possibilidades de aprendizado e seu papel no contexto da pandemia da COVID-19. *Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v.32, n.1-3, jan./dez.

Targino, Maria das Graças (2010). A biblioteca do Século XXI: novos paradigmas ou meras expectativas? *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v.20, n.1, p.39-48, jan./abr. <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95404>.

## NOTAS

---

<sup>1</sup> Segundo IBGE, as classes sociais são divididas em cinco categorias, onde se considera a renda familiar mensal. As classes sociais podem ser entendidas a partir das rendas a seguir:

Classe A (quem ganha mais de 20 salários-mínimos);

Classe B (de 10 a 20 salários-mínimos);

Classe C (de 4 a 10 salários-mínimos);

Classe D (de 2 a 4 salários-mínimos);

Classe E (recebe até 2 salários-mínimos)

<sup>2</sup> De acordo com estudo realizado por Moura (2019), Apesar do não cumprimento da meta referente à aplicação de 2% do PIB no setor da pesquisa, as Universidades públicas são responsáveis pela grande produção de estudos científicos no país.